



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Artigo recebido até 15/01/2012  
Aprovado até 15/02/2012

## ENUNCIÇÃO E ACONTECIMENTO: UM BREVE PERCURSO TEÓRICO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS<sup>1</sup>

---

*Carolina de Paula Machado<sup>2</sup>*  
(UFSCar/FUNCAMP)

A análise semântica que é desenvolvida no interior da Semântica do Acontecimento tem como um de seus postulados teóricos que os sentidos se constituem na enunciação. Considera-se que a enunciação se dá pela relação do funcionamento da linguagem com o que, geralmente, é tratado como exterior a ela. Segundo Ducrot, a partir dos escritos de Benveniste buscou-se “introduzir na própria linguagem um determinado número de fenômenos ligados à enunciação que anteriormente eram relegados à fala” (DUCROT, 1981, p. 178).

A noção de enunciação, na medida em que vai sendo desenvolvida ao longo da história dos estudos enunciativos, traz para o interior das reflexões sobre a linguagem a questão da subjetividade, da história, do social e do político. E isto foi realizado evitando-se que a Linguística deixasse que seu objeto, a língua, fosse apropriado por disciplinas como a Psicologia, a Sociologia, a História e a Biologia, ao mesmo tempo em que a Linguística foi se consolidando como uma disciplina autônoma.

O desenvolvimento da noção de enunciação amplia o estudo sobre a linguagem para além do que é considerado o seu sistema, tomando a língua em seu funcionamento e em seus aspectos semânticos de forma a não se limitar às delimitações trazidas pela

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão de um dos capítulos de minha tese de doutorado intitulada “Política e sentidos da palavra preconceito: uma história no pensamento social brasileiro na primeira metade do século XX” defendida em 13/05/2011. Agradeço aos professores Sheila Elias de Oliveira, Débora Massmann, Soeli M. Schreiber da Silva, Mônica Zoppi-Fontana e Eduardo Guimarães pelas leituras atenciosas.

<sup>2</sup> Mestre e Doutora em Linguística pelo IEL/UNICAMP sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Guimarães. Profa. substituta na Universidade Federal de São Carlos/UFSCAR e Orientadora Educacional pela FUNCAMP.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

formalização dos estudos linguísticos a partir do corte Saussuriano. Isso permitiu que aquilo que se considerava como o significado ou sentido fosse compreendido a partir de outros aspectos deixando de se restringir a relações referenciais, pragmáticas ou etimológicas.

Tendo em vista estes aspectos, pretendemos observar neste texto o desenrolar do que se define como *enunciação*, noção estelar nos estudos semânticos enunciativos, através de um aspecto que vai se tornar essencial do ponto de vista da Semântica do Acontecimento: a noção de *acontecimento*.

O fio condutor de nosso percurso será percorrer as diferentes formas de se compreender a noção de acontecimento, focando na sua relação com a enunciação, mas sem perder de vista que esta noção também pertence a outros domínios de saber. Assim, iniciamos nosso percurso pela História, mais especificamente da História dos Conceitos. Depois passamos ao campo dos estudos linguísticos a partir de dois linguistas que propiciaram com seus trabalhos importantes contribuições para os estudos semântico-enunciativos, Émile Benveniste (1966, 1974) e Oswald Ducrot (1972, 1984). Em seguida, trazemos a relação entre enunciação e discurso estabelecida por Guimarães (1989, 1995) trilhando com isso o caminho para relação da língua com a história enquanto memória de sentidos. Desse modo, não podemos deixar de tratar do acontecimento discursivo que coloca em relação a língua com o discurso a partir da abordagem materialista de M. Pêcheux (1988). No âmbito da Análise de discurso, o discurso é compreendido como a materialidade da ideologia, como “efeito de sentidos entre locutores” (Orlandi, 1994, p. 52), considerando que o acesso ao real se dá através da língua numa relação que é histórica.

E por fim, no quadro da Semântica do Acontecimento, voltamos aos estudos enunciativos tratando da relação entre Enunciação e Acontecimento através dos trabalhos mais recentes de Eduardo Guimarães (2002), que além da história e do sujeito, inclui também a relação da língua com o político. Nesta medida, a enunciação é ela própria um acontecimento, o acontecimento enunciativo no qual os sentidos se constituem no funcionamento da língua que é político e que mobiliza uma história de sentidos, sem desconsiderar os sujeitos.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Com este percurso pretendemos especificar a relevância do conceito de acontecimento para a constituição dos sentidos na enunciação, bem como delinear as especificidades da relação da noção de acontecimento com a noção de enunciação de maneira a mostrar que as nuances dessa relação resultam em diferentes maneiras de se compreender o objeto da semântica.

## 1. O Acontecimento do lado da História

No interior da disciplina História, encontramos a área da História dos Conceitos. Nela, estuda-se a história através da mudança dos sentidos de um *conceito* ou através do surgimento de neologismos atribuídos a transformações no contexto sócio-histórico. Um dos representantes dessa linha, o historiador Reinhart Koselleck (2006), concilia as noções da História para o estudo da significação de um conceito. Isso faz com que, segundo o autor, se vá além de uma pesquisa filológica ou etimológica.

Para realizar esse estudo, ele utiliza uma distinção importante em relação ao tempo. Considera que existe um tempo natural, isto é, um tempo cronológico que se organiza segundo as leis da física e da astronomia e um tempo histórico que

está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as conseqüências de ações, a suas instituições e organizações. Todos eles, homens e instituições, têm formas próprias de ação e consecução que lhes são imanentes e que possuem um ritmo próprio (KOSELLECK, 2006, p. 14).

É este tempo histórico que permite que se vá além da simples datação e sequenciação para se interpretar as circunstâncias do tempo natural. No presente, o passado e futuro se fazem presentes, na forma da experiência, de expectativas e esperanças dos homens que são tratados como “atores”.

Ele considera que essa relação temporal se manifesta na “superfície da linguagem, de maneira explícita ou implícita” (KOSELLECK, 2006, p. 15). É desse modo que os conceitos “plasmam” a experiência histórica do tempo. Ou seja, para ele, a investigação da constituição linguística permite o esclarecimento do contexto histórico-social.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Um outro aspecto da História que faz parte da sua análise diz respeito à representação de dois níveis do movimento histórico: o evento e a estrutura.

Os eventos constituem-se de um conjunto de fatos que têm uma unidade de sentido que lhes permite serem narrados. Os eventos são separados dos acontecimentos, mas ambos se organizam de acordo com uma sequência temporal mensurável.

As estruturas, por sua vez, têm uma duração mais longa e sofrem alterações depois de um período de tempo maior. Elas não são narradas, mas descritas. Os eventos adquirem significação por haver essa perspectiva estrutural de duração maior.

Nas estruturas, a ficção dos eventos que são narrados diz respeito a uma realidade hipotética, de forma que o historiador se serve dos eventos para “comunicar lingüisticamente a realidade passada” (KOSELLECK, 2006, 142). Para tanto, o historiador se utiliza dos “conceitos históricos” que permitem narrar os eventos passados. Ou seja, os conceitos permitem que se compreenda o passado, são eles “que permitem que uma história que em seu momento foi dada como real possa ser hoje dada como possível e, com isso, ser representada” (KOSELLECK, 2006, 142).

Observamos que a análise do significado de um conceito, neste caso, é realizada relacionando o conceito com uma concepção de história que é determinada pela ação dos homens, a partir dos eventos narrados sequenciadamente e situados em uma estrutura.

Assim, podemos compreender que a língua é somente um índice dos acontecimentos que se dão em uma sequência temporal e que são o objeto do historiador. Com isso pode-se facilmente deslizar para uma concepção de língua somente como um sistema através do qual se expressa o mundo, mais especificamente um instrumento que dá acesso aos acontecimentos, à história, estabelecendo-se uma relação transparente entre realidade passada e linguagem. Isso porque se considera que a mudança de significado ou a substituição de um conceito por outro seria indício de uma mudança, de uma transformação do contexto político-social.

Por outro lado, essa concepção de história que tem por base a “ação dos homens” a ser apreendida pela linguagem desloca a concepção tradicionalista da história como sendo a sequência de fatos passados na qual haverá sempre alguém que elencou tais fatos, deixando de lado outros fatos que também são significativos. A partir do momento em que



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

se propõe observar o passado a partir da escritura de seu tempo, abre-se uma nova possibilidade de se olhar para ele que coloca em destaque a língua.

O acontecimento, enquanto conjunto de eventos, é uma categoria dessa disciplina. Ele interessa enquanto algo empírico, extralinguístico, constituído por eventos organizados de maneira sucessiva e que significam em função das estruturas. Os conceitos são os meios através dos quais se representam as estruturas fazendo com que o passado, que já foi realidade, seja retomado.

Vejamos agora, como, a partir dos estudos linguísticos, os aspectos relativos ao acontecimento são tratados no interior dos estudos enunciativos e discursivos.

## **2. Enunciação e Acontecimento**

### **2.1 A subjetividade e a referência**

De acordo com Benveniste (1966), o desenvolvimento da Linguística como disciplina científica é marcado pelo esforço em se libertar essa disciplina, através de sua formalização como ciência, de quadros teóricos de outras disciplinas. No entanto, isso faz com que se abstenha dos estudos da linguagem a questão do sentido. Segundo o autor, “as condições de rigor impostas ao processo exigem que se elimine esse elemento inapreensível, subjetivo, impossível de se classificar que é a significação ou o sentido” (BENVENISTE, 1966, p. 12).

Para ele, ainda que se concebesses vários tipos de descrição e de formalização, os linguistas precisavam levar em conta a questão da significação ou sentido. Segundo o autor, é em função do sentido que a língua é estruturada, sendo também ele essencial ao funcionamento da língua e de outros sistemas de signos.

O autor coloca o sentido, enquanto algo subjetivo, como parte central dos estudos da Linguística. Isso ocorre considerando-se um outro aspecto, o da língua em funcionamento, sem que ele deixe de tratá-la como um sistema. Este teria formas linguísticas que trazem as marcas da subjetividade e da temporalidade que se revestem de referência na “instância do discurso”, na sua enunciação.

Com isso, Benveniste realiza mudanças significativas nos estudos da linguagem trazendo para eles aquilo que antes, com Saussure, era impensável se analisar na língua, considerada como um sistema fechado.

É através das formas linguísticas pronominais que ele mostra a diferença por um lado entre “a língua como repertório de signos e sistema das suas combinações e, de outro, a língua considerada como atividade manifestada nas instâncias do discurso” (BENVENISTE, 1966, p. 283).

Os pronomes pessoais *eu* e *tu* são, para ele, “signos linguísticos vazios”, atualizados cada vez que o locutor assume o “eu” no discurso, estabelecendo, ao mesmo tempo, o “tu”. O “eu” e o “tu” têm suas referências preenchidas no *discurso*<sup>3</sup>. São formas que têm a função de realizar a passagem da língua para o discurso, através da apropriação da primeira pelo locutor.

É assim que para Benveniste, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (1966, p. 286). Ao se apropriar da forma linguística *eu*, o outro, o *tu*, é instaurado. É nessa relação de intersubjetividade que o eu se reconhece como sujeito.

É no exercício da fala, no emprego da língua que o homem se reconhece como sujeito. Desse modo, Benveniste distingue o emprego das formas do emprego da língua. E com isso chegamos a seu conceito de Enunciação.

O emprego das formas diz respeito “a um conjunto de regras fixando as condições sintáticas nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer” (Benveniste, 1974, p. 81). Já o emprego da língua, é o que ele vai tratar por Enunciação. Esta é definida por ele como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1974, p. 82).

No quadro geral da Enunciação estabelecido por ele, o locutor é a figura central porque a enunciação depende de seu ato individual. Ele define esse ato como sendo uma

---

<sup>3</sup> *Discurso* para Benveniste não tem o mesmo sentido de *discurso* para a Análise de discurso. No primeiro caso, discurso significa o emprego da língua.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

*apropriação* que o locutor faz do aparelho formal da língua. É por essa apropriação que a língua deixa de ser “possibilidade” de língua, e que o “outro” é inserido no discurso.

Além da centralidade da subjetividade na enunciação, Benveniste também considera que na enunciação há o estabelecimento de uma relação com o mundo, isto é, a **referência** é parte da enunciação. Para ele,

na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação (BENVENISTE, 1974, p. 84).

Na visão Benvenistiniana, a apropriação da língua pelo locutor é o que define a enunciação, havendo as formas linguísticas específicas que estabelecem a relação entre aquele que fala e seu interlocutor com a enunciação. Trata-se dos índices de pessoa, a relação “eu-tu”, como já vimos.

Para ele, existem ainda outros índices da relação entre a língua e a sua enunciação. Um deles seria o conjunto dos pronomes demonstrativos. Esses “indivíduos lingüísticos” têm por característica serem “engendrados de novo a cada nova enunciação” (BENVENISTE, 1974, p. 85).

Além desses índices, há também as formas linguísticas que indicam o tempo e que melhor representam, segundo ele, a “experiência humana”, isto é, a relação do homem com o mundo simbolizado pela linguagem. É aí que Benveniste trata da questão do *acontecimento*.

### **2.1.1 A simbolização e a reprodução do Acontecimento**

Segundo Benveniste, a linguagem tem por função reproduzir a realidade,

isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o *acontecimento* e a sua *experiência do acontecimento*.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Aquele que ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o *acontecimento reproduzido*<sup>4</sup>. Assim, a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva (BENVENISTE, 1966, p. 26).

A língua é compreendida como sendo “mediadora” do conteúdo, isto é, do pensamento que expressa a realidade ou o acontecimento apreendido adequando-o ao esquema linguístico, “a forma do pensamento é configurada pela estrutura da língua”(BENVENISTE, 1966, p. 26).

Podemos dizer que o acontecimento é aqui, parte da realidade, e sua experiência é reproduzida pela língua no discurso, ou seja, no diálogo, no exercício da língua. É, portanto, algo exterior a ela, parte da realidade que vai ser representada por ela. Benveniste distingue aí três formas diferentes da relação entre a língua e a realidade: a primeira é a de que o acontecimento volta a existir através do discurso; depois temos a sua experiência por aquele que fala; e, por fim, a apreensão do acontecimento por aquele que ouve através do discurso.

Ele distingue, no discurso, o ‘acontecimento’ da ‘experiência do acontecimento’, e depois, o ouvinte apreende o acontecimento e não sua experiência. Temos então a língua que representa de forma direta a relação do locutor com o mundo, e o interlocutor “recria” a realidade a partir da fala do locutor sem que o interlocutor precise ter visto o referente. Ou seja, a linguagem humana possibilita a simbolização das coisas do mundo, pois “o caráter da linguagem é o de propiciar um substituto da experiência que seja adequado para ser transmitido sem fim no tempo e no espaço, o que é o típico do nosso simbolismo e o fundamento da tradição lingüística.” (BENVENISTE, 1966, p. 65).

Para Benveniste, “a sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também o indivíduo” (BENVENISTE, 1966, p. 27). Esse poder é atribuído à língua porque ela representa a faculdade de simbolizar inerente à linguagem humana, isto é, “a faculdade de representar o real por um ‘signo’ como representante do real, de estabelecer, pois, uma relação de ‘significação’ entre algo e algo diferente” (BENVENISTE, 1966, p. 27).

---

<sup>4</sup> Grifos nossos. Destacamos a palavra *acontecimento* e as expressões em que ela aparece.





Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Desse modo, a língua(gem), enquanto mediadora da relação do homem com o mundo através do processo de simbolização, expõe o acontecimento no discurso.

Assim, entendemos que para esse autor, o acontecimento faz parte da realidade a ser apreendida pelo homem. E a língua proporciona a estrutura para simbolizar o acontecimento que se dá fora dela.

O acontecimento está relacionado também ao tempo. Seria através dos acontecimentos que o tempo é organizado, segundo o autor. Para ele, há tempos diferentes para se apreender o acontecimento. O tempo crônico “é o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto sequência de acontecimentos” (BENVENISTE, 1974, p. 71).

No tempo crônico, a noção de acontecimento é essencial, sendo possível percorrer os acontecimentos realizados do passado ao presente e vice versa. É um tempo que fica congelado na história permitindo percorrer os acontecimentos para trás e para frente. Ele define o tempo como “a continuidade em que se dispõem em séries estes blocos distintos que são os acontecimentos. Porque os acontecimentos não são o tempo, eles estão *no tempo*” (BENVENISTE, 1974, p. 71).

Ele distingue o tempo linguístico em que o acontecimento é situado de outra forma. Segundo ele, esse tempo não coincide com o tempo crônico porque ele se define em função do exercício da fala:

este tempo tem seu centro – um centro ao mesmo tempo gerador e axial – no presente da instância da fala. Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do “presente” (ou uma forma equivalente) ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona (BENVENISTE, 1974, p. 74, 75).

O tempo presente depende da enunciação do locutor e desse modo, a cada vez que alguém fala, um outro “presente”, em relação ao ato individual do locutor, passa a existir. E é a partir desse tempo que as outras duas referências temporais passam a existir: quando o acontecimento passa a ser lembrado pela memória, isto é, deixa de ser presente e quando ele ainda não é presente, faz-se uma prospecção do que ele virá a ser, partindo-se sempre do tempo instaurado pelo locutor.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

O tempo linguístico não pode ser confundido, portanto, com o tempo crônico. No tempo linguístico somente o presente existiria organizando os acontecimentos em função da intersubjetividade. O fator temporal tem por eixo o locutor e o interlocutor, é em torno do sujeito e para quem ele enuncia, que o tempo presente é definido.

Observamos então que para Benveniste, a enunciação depende do locutor, é em torno de sua figura que ela passa a existir. Conseqüentemente, é também em torno dele que se configura o tempo e, com isso, a reprodução dos acontecimentos e sua disposição *no* tempo, de forma cronológica. A subjetividade é colocada como central até mesmo para que a temporalidade seja organizada na enunciação.

Além da centralidade da subjetividade, uma questão importante aqui para a enunciação é a questão da referência, ou seja, o fato de que a relação entre o homem e o mundo se dá através da linguagem que simboliza os acontecimentos, sendo estes exteriores a ela.

## **2.2 A polifonia na enunciação e o acontecimento**

Ducrot ocupa-se de duas questões importantes que orientam o desenrolar de sua teoria sobre a enunciação: a relação do dizer com o que não foi dito e do dizer com o dito. Isso significa considerar que para um enunciado que está posto, existe um implícito, um não-dito que o sustenta e que é parte do sentido do enunciado; e que a língua possui marcas específicas no que foi dito que resultam da sua enunciação, possibilitando que se chegue ao sentido do enunciado. Vejamos então como o acontecimento é posto em relação com a enunciação.

Segundo ele, quando falamos, fazemos mais do que simplesmente informar algo a alguém. Isto porque

a língua comporta, de forma irredutível, todo um catálogo de relações inter-humanas, toda uma panóplia de papéis que o locutor pode escolher para si mesmo e impor ao destinatário. Sua função não poderia reduzir-se, então à transmissão da informação. Ao contrário, deve-se reconhecer que



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

muitas outras funções são essenciais na língua, funções que ela preenche, tornando possíveis atos que lhe são específicos – e que não têm nenhum caráter natural- como os de interrogar, ordenar, prometer, permitir... etc (DUCROT, 1972, p.12).

Para o autor, a língua oferece ao falante um quadro institucional que possibilita o estabelecimento das relações intersubjetivas. A língua “não é mais somente uma condição de vida social, mas um modo de vida social” (DUCROT, 1972, p. 12). E, mais do que isso, a língua possibilitaria a realização de “atos” através da enunciação.

Vemos que Ducrot destaca o caráter social da língua considerando-a como um “quadro institucional” regulador dos papéis das relações humanas e sem a qual não haveria vida social. Assim, para ele, afirmar que as línguas naturais são códigos, como algumas teorias o afirmam, é “admitir que todos os conteúdos expressos graças a elas são exprimidos de maneira *explícita*” (DUCROT, 1972, p. 13).

Mas, para ele, nem tudo o que dizemos está explícito. Há coisas que dizemos e que fazemos de conta que não dizemos, ou, então não queremos assumir a responsabilidade pelo que dizemos, trata-se da questão dos implícitos. Ele se ocupa então dos implícitos que se inscrevem na língua. Nesse caso, para ele, haveria os implícitos que se fundamentam no conteúdo do enunciado e os que são próprios da enunciação. Ao discutir o implícito, Ducrot chega a um tipo de implícito que ele chama de pressuposição, que permite, segundo ele, “dizer alguma coisa como se ela não fosse dita, possibilidade que nos leva a situar a pressuposição entre as formas de implícito” (DUCROT, 1972, p. 32). Neste momento de sua teoria, o implícito da pressuposição não teria “caráter discursivo”, no sentido da noção de enunciação que ele usa.

Um segundo tipo de pressuposto (a chamada pressuposição linguística) é, para ele, da ordem da sua significação da frase e não da enunciação. Ele vai considerar a pressuposição como sendo um ato de fala particular, o ato ilocucionário, aquele que é realizado somente pelo fato de se falar. Para ele, “toda fala é em si uma ação, e, por outro lado, toda ação pode realizar-se através de uma fala” (DUCROT, 1972, p. 85). Os pressupostos são os conteúdos semânticos que esse ato pretende realizar.

E Ducrot afirma ter esse pressuposto, ato ilocucional, um valor jurídico, isto é,



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

pressupor um certo conteúdo é colocar a aceitação de tal conteúdo como condição do diálogo ulterior. Vê-se, então, por que a escolha dos pressupostos apresenta-se-nos como um ato de fala particular (a que chamamos ato de pressupor), ato com valor jurídico, e portanto ilocucional, no sentido que demos a esse termo: realizando-o, transformamos imediatamente as possibilidades de fala do interlocutor (DUCROT, 1972, p. 101).

O interlocutor aceita as regras estabelecidas no diálogo, e é isso que confere o valor jurídico à pressuposição e possibilita a continuidade do diálogo.

Isso significa que, para ele, a língua possui níveis diferentes. Nesse caso, ele mostra essa distinção considerando que existe a ordem da frase e do significado, uma abstração; e a ordem do enunciado e do sentido que resultam da enunciação. O pressuposto, num primeiro momento, faria parte do significado e não do sentido. A enunciação é a responsável pela atribuição dos sentidos.

Num momento posterior da sua teoria, ao voltar a tratar da noção de pressuposto, o autor vai considerá-lo como parte do sentido dos enunciados, e assim, da enunciação, isto é, não mais como parte somente da significação da frase. Com isso, chegamos à enunciação, através do modo como ele busca tratar do não dito na linguagem.

Assim, a questão da pressuposição passa a ser vista como resultando de uma “realidade mais profunda”, resultante da polifonia na enunciação. Na concepção polifônica da enunciação, a alteridade tem um valor constitutivo do sentido: “(...) o sentido de um enunciado descreve a enunciação como uma espécie de diálogo cristalizado, em que várias vozes se entrecrocaram” (DUCROT, 1984, p. 9). Com isso, ele desconstrói a ideia da unicidade do “sujeito falante”.

A partir da questão da polifonia ele se afasta da teoria dos atos de fala. Assim, abre caminho para seu conceito de enunciação que não se confunde com a “atividade psicofisiológica” da produção do enunciado e nem com o ato de alguém que produz o enunciado:



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

o que designarei por este termo é o *acontecimento*<sup>5</sup> constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois (DUCROT, 1984, p. 168).

Nesse caso, podemos perceber que, diferentemente da posição de Benveniste, o acontecimento não é exterior à linguagem, isto é, algo do real a ser experienciado pelo locutor e simbolizado pela língua para ser transmitido no exercício da fala. Na definição de Ducrot, a enunciação é *ela própria um acontecimento*.

Ele alerta para o fato de que não “introduz a noção de um sujeito autor da fala”. Evita definir a enunciação colocando-a sob a responsabilidade de um locutor, mesmo porque a questão da polifonia impede que se pense na unicidade do sujeito e na sua onipotência, afastando-se assim da noção benvenistiniana.

Conforme Guimarães (1989), nesta definição de acontecimento, os enunciados formam uma sucessão de acontecimentos irrepetíveis. A história diz respeito, nesse caso, à sucessão temporal, ao tempo cronológico: o acontecimento está *no tempo* também.

### 3. O Acontecimento enunciativo e a história como memória de sentidos

Na posição benvenistiniana, a enunciação é compreendida como um ato individual de um locutor, e a língua simboliza a realidade, ou melhor, os acontecimentos, numa relação referencial. O acontecimento é reproduzido pela língua como exterior a ela.

No pensamento ducrotiano a enunciação se daria por um confronto de várias perspectivas, a polifonia, o que desloca a apropriação da língua por um sujeito uno para se pensar a enunciação como o “acontecimento do aparecimento de um enunciado”. Isto coloca em foco a noção de *acontecimento* relacionado à enunciação.

Em ambos os casos, ao se considerar a língua em funcionamento e a relação com os seus falantes, a língua faz muito mais do que apenas informar, ela é condição para as

---

<sup>5</sup> Grifo nosso.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

relações sociais. Também, a enunciação é dada como algo que não se repete nunca e o histórico reduz-se ao caráter da sucessão temporal.

Para Guimarães (1989), essas definições de enunciação apresentam “o caráter da irrepetibilidade da enunciação, ou seja, a enunciação é vista como o lugar do sempre novo” (GUIMARÃES, 1989, p. 72-73). Para ele, esse caráter da irrepetibilidade que observamos em Ducrot e Benveniste é uma maneira de se tratar a “história como tempo”.

Para o autor, na linha do materialismo histórico, é preciso tratar a enunciação como sendo caracterizada pelas condições sócio-históricas, mas sem considerar a história pelo caráter temporal e sem pensar a língua como um sistema que oferece as formas que estabelecem as regras para as relações sociais.

Tendo em vista essas considerações, Guimarães definiu a enunciação, neste momento de sua teoria, como sendo “o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado” (GUIMARÃES, 1989, p. 78). Ou seja, o acontecimento não é algo exterior à língua, à enunciação, mas é a própria enunciação, seguindo a linha ducrotiana, mas a história e o social apresentam-se diferentemente.

Para ele, o acontecimento enunciativo não é sempre novo, mas ele “expõe o repetível ao novo”, é o encontro do já-dito (memória de enunciados) com os sentidos produzidos na enunciação. Com isso, a história, como memória, e o social, em que a língua é pensada como prática social, são constitutivos da produção dos sentidos na enunciação.

Ainda, para este autor, nesta fase de suas reflexões, o enunciado é “unidade de discurso”, e o discurso não é tratado aqui como o “exercício da fala”, mas como prática social. Segundo Orlandi, é o “contato do histórico com o lingüístico, que constitui a materialidade específica do discurso” (ORLANDI *apud* Pêcheux, 1988, p. 8). Estabelece-se então uma relação entre língua e história, em que “a linguagem é sentido e a história faz sentido” (ORLANDI, 1990, p. 25). Realiza-se assim, uma aproximação entre a Semântica da Enunciação, tal como Guimarães a desenvolve, e a Análise de Discurso, ambas no interior do materialismo histórico.

Para Orlandi,



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

a história está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política) (1990, p. 35).

E isso muda a relação da língua com o real e com os sujeitos, dos enunciados com os outros enunciados, de uma palavra com outras palavras, uma vez que nessa concepção de história, os fatos, os acontecimentos necessitam que sejam atribuídos sentidos a eles, carecem de interpretação e é a história que possibilita as interpretações.

Guimarães, com o objetivo de tratar historicamente a enunciação, considerando que “a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência” (GUIMARÃES, 1995, p. 66), afirma que o sentido precisa ser tratado de maneira discursiva, mas enquanto definido pelo “acontecimento enunciativo”. Desse modo é que nessa fase de seus estudos, ele define a enunciação como

um *acontecimento de linguagem*<sup>6</sup> perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento (GUIMARÃES, 1995, p. 70).

Com essa definição da noção de enunciação, o acontecimento ganha uma especificidade. Ele não é um fato empírico, mas um acontecimento linguístico, o que o inclui nos estudos semânticos como um *acontecimento enunciativo*. Neste momento de sua teoria, ele considera que os sentidos se constituem pelo cruzamento de discursos, na relação com a história tratada como memória de sentidos e com os sujeitos constituídos na e pela linguagem.

Considerando esta relação entre discurso e enunciação, vejamos como se caracteriza a noção de acontecimento discursivo que, apesar da relação entre as teorias, distingue-se do acontecimento enunciativo. Vamos tratar da noção tal como ela é pensada

---

<sup>6</sup> Grifo nosso.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

por Pêcheux, no interior, portanto, do materialismo histórico, no qual também Guimarães desenvolve suas reflexões.

### 3.1 Acontecimento discursivo

Pêcheux (1988) busca compreender a língua não apenas como uma estrutura, mas como acontecimento. Nesse caso, ele trata somente do acontecimento discursivo não interessando os aspectos cognitivos, pragmáticos, sem com isso deixar de considerar a relação da língua com o real e com os sujeitos. Para ele, “‘há real’, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser ‘assim’.” (PÊCHEUX, 1988, p. 29). Ele é algo que descobrimos, “nos deparamos com ele”. A percepção do mundo e o agir humano, enquanto questões cognitivas e pragmáticas não estão em questão. No interior do materialismo histórico, o que interessa é o modo como o real atravessado pelo discurso, adquire sentidos na relação com a memória passando a ser um acontecimento discursivo.

Para tratar do acontecimento discursivo, ele analisa o enunciado “on a gagné”<sup>7</sup> no dia 10 de maio de 1981, por volta da 20 horas, circulando na França. Aparecia na televisão a imagem de François Mitterrand como o futuro presidente da República Francesa.

O acontecimento tratado como um fato novo, isto é, a vitória de François Mitterrand, era atravessado por enunciados, textos e imagens, através dos quais as pessoas tinham acesso a esse acontecimento. Mas ele não é somente “a novidade” da vitória, os enunciados sobre ele mobilizam a memória de outros acontecimentos.

É o acontecimento da mídia de massa e jornalístico que remete a um conteúdo político um enunciado esportivo, ao mesmo tempo transparente (o resultado proveniente da evidência das tabelas de estimativas) e também opaco, por remeter a uma memória, pois mesmo antes do dia 10, já havia o confronto discursivo sobre a denominação do acontecimento. Dois discursos estão em confronto, o esportivo e o político aos quais correspondem a posições sujeitos diferentes.

---

<sup>7</sup> “Ganhamos”.





Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Segundo ele, *on a gagné!* (Ganhamos!) vai ser repetido apegado ao acontecimento, após a vitória, em Paris, na Praça da Bastilha. Esse enunciado coletivo retoma no acontecimento político o grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva e marca o momento em que o torcedor passa de um espectador passivo para atividade gestual e vocal coletiva. Segundo o autor, o jogo metafórico produzido pelo enunciado recobre o acontecimento mostrando sua equivocidade. Há com isso o encontro de dois discursos, o político e o esportivo, sob novas condições, tornando-se um outro discurso na voz do povo.

O enunciado *on a gagné!* aparecendo na mídia apresenta, segundo ele, uma univocidade lógica por causa do resultado eleitoral que depende das porcentagens, das regras, que determinam o vencedor das eleições. É um espaço de predicados, de argumentos, do logicamente estabilizado.

Para Pêcheux o enunciado *On a gagné* é ao mesmo tempo opaco. Sua materialidade léxico-sintática é inserida em meio a uma diversidade de enunciados que funcionam de acordo com diversos discursos, isto é, em uma “estabilidade lógica variável”.

Observamos por essa abordagem discursiva que aquilo que Pêcheux compreende como acontecimento discursivo seria o surgimento de uma nova rede de sentidos que significam o real a partir de um enunciado que circula em dois discursos diferentes, o futebolístico e o político. Trata-se da discursivização de um fato antes inexistente que ganha sentidos quando significado através de enunciados em uma memória discursiva. Ou seja, o acontecimento não está fora da língua, não é algo a ser apreendido por ela. E o discurso não é entendido aqui apenas como estrutura, mas como acontecimento também.

A partir desta noção vemos que a noção de real e de história são centrais para o acontecimento, que é tratado aqui a partir da noção de discurso, cofigurando-se como o “acontecimento” de um novo discurso apegado a um fato novo mas que significa por conta do já dito.

#### **4. A Semântica do Acontecimento e o acontecimento enunciativo**

Pêcheux leva em consideração que há um já-dito, uma memória discursiva na constituição do “novo”, no acontecimento discursivo, levando em conta que há o real com



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

o qual nos deparamos. A língua é, ao mesmo tempo, estrutura e acontecimento, sendo ela a materialidade do discurso.

Para Guimarães, no desenvolvimento mais recente de sua teoria, o acontecimento enunciativo também é constituído por um passado de sentidos que faz com que os enunciados ou palavras signifiquem diferentemente no acontecimento, considerando-se também aí a relação entre língua e o real. A história, a partir da noção de memorável, é central, mesmo porque a própria língua é determinada por ela:

de um certo modo, podemos dizer que no acontecimento se refaz insistentemente uma língua, pensada não como estrutura, um sistema fechado, mas como um sistema de regularidades determinado historicamente e que é exposto ao real e aos falantes nos espaços de enunciação (GUIMARÃES apud GUIMARÃES e MOLLICA (orgs), 2007, p. 96).

Considerando assim a língua como um sistema que é determinado historicamente, o autor trata do modo como os sentidos se constituem considerando a sua relação com a história, o social, o real, os sujeitos e o político no acontecimento enunciativo.

A enunciação enquanto acontecimento permite-nos descrever sentidos que não são “pegos” se não considerarmos a historicidade da língua em funcionamento. Na sua formulação mais recente da noção de Enunciação, Guimarães coloca a noção de acontecimento como central e a enunciação torna-se o próprio acontecimento de linguagem, que possibilita a constituição dos sentidos. Isso permite observar a multiplicidade de sentidos através da temporalidade que é própria ao acontecimento e também o litígio dos sentidos, por ser ele um acontecimento político.

É assim que enquanto acontecimento de linguagem, ele é definido como

diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem o qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (GUIMARÃES, 2002, p. 12).

A diferença frente às posições da semântica da enunciação anteriormente apresentadas é que é o próprio acontecimento que define uma temporalidade que lhe é



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

própria produzindo diferentes sentidos através das relações linguísticas. Não se trata de um acontecimento *no* tempo tal como vimos em Benveniste e em Ducrot. Além disso, também não se confunde com o tempo do locutor que diz *eu*, como para Benveniste. Cada acontecimento é diferente porque ele organiza uma temporalidade diferente, um presente de sentidos que mobiliza um passado de sentidos diferentes. É desse modo que presente e passado encontram-se no acontecimento.

O futuro apresenta-se enquanto projeção de sentidos, possibilidades de interpretação, configura-se pelo presente do acontecimento que lança uma futuridade imanente a seu funcionamento histórico. É o passado de enunciados, que são lembrados, que faz com que o presente signifique e tenha uma projeção interpretativa. “O passado é no acontecimento, lembrança de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro” (GUIMARÃES, 2002, p. 13). Esse passado é o que ele denomina como “memorável”.

O memorável não se confunde com a memória discursiva. Esta é o que Pêcheux (1975) considera como “interdiscurso”, como sendo o “todo complexo com dominante” (p. 162), isto é, o conjunto do dizível que determina o que vai ser dito, é uma memória indescritível, inapreensível, que funciona pelo esquecimento e que preside o próprio funcionamento da enunciação.

Já o memorável é uma lembrança de sentidos de enunciações, recortado no e pelo acontecimento enunciativo. Não é o “todo” já-dito, mas uma memória de sentidos que é recortada na relação com o presente e projeta um futuro no acontecimento, na forma de interpretação. O memorável depende, portanto, da temporalização realizada pelo acontecimento do dizer. O memorável é assim definido pelo presente da enunciação e pela futuridade, isto é, pela interpretação possível que esse passado de enunciações pode ter dependendo do presente.

Assim, considerando a enunciação como um acontecimento enunciativo, o acontecimento não se confunde com um acontecimento empírico, extralinguístico que é apreendido pelo indivíduo. O acontecimento enunciativo é o lugar da constituição de sentidos e dos sujeitos através da lembrança de enunciações passadas, a partir do



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

presente do acontecimento, que remete ao real. Ou seja, os sentidos que se constituem nele, pelo encontro do presente e do passado, significam algo do real.

Um outro aspecto que caracteriza este acontecimento enunciativo é que ele é também político. Para Guimarães, o político é o conflito que se dá porque o real é dividido de maneira normativa e desigual. Com isso, ocorre a contradição pela exclusão dos desiguais que afirmam a sua igualdade, o seu pertencimento, instalando-se assim o conflito.

É por se dar nos espaços de enunciação que o acontecimento enunciativo é político. Eles são definidos como

espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (GUIMARÃES, 2002, p.18).

E uma vez considerando que o indivíduo não é o responsável pelo dizer, nem sua origem, mas que ele se constitui como sujeito na e pela linguagem, pelo modo como os sentidos o interpelam, os sentidos são divididos, entram em conflito, em contradição.

E desse modo, o acontecimento enunciativo tal como é concebido na Semântica do Acontecimento dá ao sentido/significado uma outra configuração, seja pela inclusão do que foi excluído e relegado à “fala”, desde Saussure, seja pela própria maneira de se compreender o que é língua.

Esta configuração da enunciação como acontecimento não torna o sentido imutável, uno, mas permite observar seu funcionamento instável, inconstante, múltiplo, conflituoso, político portanto, considerando a sua historicidade, o real e a relação com o sujeito.

### **Considerações finais**

Nosso percurso neste artigo não teve por finalidade mostrar que há noções de enunciação ou de acontecimento melhores do que outras. Nosso objetivo foi mostrar como a forma de se compreender a constituição do sentido muda de acordo com o modo como



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

um conceito teórico é abordado por um certo autor, em uma certa linha teórica e na relação com outros conceitos teóricos.

O acontecimento na visão da História dos Conceitos não é senão algo feito ou desencadeado pela ação do homem e que só é perceptível se fizer parte de uma série de eventos que fazem parte de uma estrutura mais ampla. Os textos vão ser somente o lugar de observação para se compreender o sentido desses eventos para a História dos homens o que mostra também uma concepção de língua como um sistema.

Do lado da Linguística, a concepção de língua é central, e, na teoria da enunciação, o sentido/significado ganha destaque. A língua, tratada como sistema, se semantizaria na enunciação, e é assim que a noção de enunciação passa a ser o pilar da constituição dos sentidos, tendo a subjetividade como central, na visão de Benveniste.

Se para ele o acontecimento é algo a ser apreendido pelo locutor e simbolizado pela língua, situando assim o sentido no domínio do 'eu', para Ducrot, a enunciação é o próprio acontecimento sobre o qual o locutor não têm domínio, sendo aquele disperso pela noção de polifonia. Desse modo, a constituição do sentido escapa ao locutor e se dá na enunciação na relação com o não dito, o pressuposto.

No interior de uma visão histórico-materialista, duas perspectivas trazem ainda um outro lado da constituição do sentido: a sua relação com a história e com o real.

Na linha dos estudos discursivos, o discurso é considerado por Pêcheux como estrutura e acontecimento ao mesmo tempo. No acontecimento, o confronto discursivo se dá através de enunciados que significam um fato novo. E os enunciados significam porque há um já-dito que constitui seus sentidos. Uma questão importante discutida é sobre o real. Há formulações diferentes para significar o real, diversas interpretações são possíveis para ele. E, ao mesmo tempo, um mesmo enunciado é instável, funciona pela equivocidade: pode ter vários sentidos e isso vai depender da relação do real com a história no discurso.

Na Semântica do Acontecimento, vimos que o sentido é pensado também pela sua constituição histórica, a partir de uma posição enunciativa. A enunciação é tratada como acontecimento cuja especificidade é a temporalidade que constitui. O sentido é considerado pelas relações do funcionamento das formas linguísticas com a temporalidade do acontecimento: o seu presente, o seu passado (o memorável) e a projeção de um futuro de



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

interpretação. Nesse caso, a história se apresenta pelo memorável (passado, não como referido, mas como aquilo que o acontecimento toma como sentido) recortado pelo acontecimento. A cada acontecimento enunciativo, a cada enunciação, os sentidos trazem um sentido do passado “recortado” num presente, projetando um futuro, significando algo do real diferentemente.

Outra questão relevante é a relação com o político na constituição dos sentidos através dessa noção de enunciação que mostra a instabilidade e o conflito dos sentidos. Temos, então, na linha dos estudos semântico-enunciativos, a possibilidade de se compreender o funcionamento dos sentidos não fechados em si mesmos, mas na relação com o que se considerava como exterioridade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral I** (1966). Campinas: Pontes, 1988.

\_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral II** (1974). Campinas: Pontes, 1989.

DUCROT, O. **Princípios de Semântica Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1972.

\_\_\_\_\_. As escalas argumentativas. In: **Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas**. São Paulo: Global Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **O Dizer e o dito** (1984). Campinas: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, E. R. J. Enunciação e história. In: **História e Sentido na Linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os limites do sentido** (1995). Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Semântica do Acontecimento: Um Estudo Enunciativo da Designação**. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Domínio Semântico de determinação. In : Molica, M. C. e Guimarães, E. (orgs). **A palavra: forma e sentido**. Campinas: Pontes/RG, 2007, 77-96.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

KOSELLECK, Reinhart. **Le Futur Passé: Contribution à la sémantique des temps historiques.** (1979). Paris : Éditions de l'école des hautes études en sciences sociales., 1990.

\_\_\_\_\_. **Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto editora, 2006.

MACHADO, C. de P. **Política e sentidos da palavra *preconceito*: uma história no pensamento social brasileiro na primeira metade do século XX.** Tese de doutorado. Campinas: IEL, Unicamp, 2011.

ORLANDI, E. **Terra à vista!**. São Paulo: Cortez, Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. **Discurso, imaginário social e conhecimento.** In: Em aberto. Brasília, ano 14, n° 61, jan., mar., 1994.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: Uma crítica a afirmação do óbvio** (1975). Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento** (1988). Campinas: Pontes, 3ª Ed., 2002.